

APROFUNDAMENTO DA CRISE DE INÍCIO DE ANO DEMONSTRA A FALÊNCIA DA PUC-SP

Mais uma vez o semestre letivo começa conturbado na PUC-SP. Apesar do aumento de 16% na procura da universidade as matrículas situaram-se

em patamares inferiores àqueles registrados em anos anteriores. Vários cursos, incluindo cursos de alta procura, não conseguiram preencher suas turmas e

não existem mais candidatos inscritos para serem chamados. Além disso, em muitos cursos turnos inteiros foram fechados, como em Fonoaudiologia, Pedagogia, Letras, entre outros.

Esse fato redundou em um enxugamento de turmas e consequente diminuição

continua na próxima página

Condenação Política - Não podemos aceitar! Reitoria pune com advertência diretora da APROPUC Maria Beatriz Costa Abramides

3º feira última, dia 28/01, a diretora da APROPUC, Profª Drª Maria Beatriz Costa Abramides, recebeu a notificação relativa ao processo instaurado pela Reitora nomeada contra a sua pessoa por participar da manifestação organizada pelos estudantes que impediu a realização do CONSUN, no dia 27/02/13.

A reitora nomeada, Anna Maria Marques Cintra, de posse do relatório final da Comissão Sindicante determinou a aplicação de advertência formal à professora, considerando tratar-se de falta disciplinar grave.

É importante destacar que a posição da reitora nomeada foi corroborada pelo voto em separado do professor Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, que, diferentemente dos outros membros da comissão que unanimemente indicam a possibilidade de arquivamento do processo, concluiu pelo enquadramento "no art. 325, 2º, inciso II do Regimento Geral da Universidade, que prevê pena de suspensão para o docente que contribuir ou influir para atos de indisciplina dos estudantes". Diante desse fato fica aqui denunciado quem são os dois carrascos.

Lá em nossa primeira manifestação no PUCViva, de 20/03/13, dizíamos: "Não tenhamos dúvida que o ATO que instaura Processo Administrativo contra a professora é parte de um projeto obscurantista, se articula a uma tendência conservadora que reprime, persegue e criminaliza os movimentos sociais. Está em consonância com os interesses privatistas do ensino, que elimina qualquer possibilidade do contradito. Não tenhamos dúvida de que uma comissão processante, que foi constituída no bojo de um conflito de legitimidade institucional, vem para julgar e condenar. Sua decisão terá uma natureza política - este é um Processo Político."

Hoje, de posse do veredicto, nossa conclusão só pode ser uma: este foi um Processo Político com a clara finalidade

de intimidar e constranger professores que se destacam como lideranças no movimento, acuar a entidade dos professores - APROPUC -, e criminalizar toda manifestação que se coloque contra esse projeto obscurantista que vem sendo implantado por esta Reitoria e pela Fundação São Paulo. Projeto este que vem com a marca da elitização e da mercantilização do ensino.

Este foi um julgamento Político! Esta foi uma condenação Política! Trata-se de uma atitude clara de represália política à entidade, uma vez que a professora Bia estava representando a decisão da assembleia dos professores no ato organizado pelos estudantes.

A reitora nomeada desta universidade sequer foi sensível às milhares de manifestações que vieram de todos os cantos desse país, da América Latina e da Europa. Tomou sua decisão política de condenar.

Esse processo nos revela que para os dirigentes dessa universidade não interessa uma escola que desenvolva a crítica, não pode suportar o conflito.

Essa decisão demonstra que a PUCSP perdeu definitivamente os princípios éticos da convivência democrática que pautou a sua história, que colocou nossa universidade como protagonista na luta contra a ditadura.

Por outro lado, a história mostra que o conflito não se elimina pela força dos aparelhos repressivos e que a verdadeira democracia é uma conquista da luta dos trabalhadores organizados.

Assim, é importante que os professores, estudantes e funcionários dessa universidade compreendam a necessidade de coletivamente se organizarem e se mobilizarem para derrotar esse projeto conservador que hoje se implanta na PUCSP.

Diretoria da APROPUC

continuação da página anterior

nos contratos de trabalho docente, o que demonstra a política indireta de demissão. A Reitoria e a Fundação São Paulo só estão viabilizando turmas que completem o número exigido para seu funcionamento, ou seja 20 alunos. Há um fechamento indiscriminado de turmas que atinge diferentemente os cursos, por exemplo, trabalhos de conclusão de curso e as chamadas optativas. O critério utilizado para o fechamento das turmas baseia-se apenas naqueles que efetuaram o pagamento, desconsiderando a matrícula acadêmica feita no ano passado, as chamadas do Pronui, as transferências e outras entradas via vestibular. Isso tem feito com que os coordenadores e chefes de departamento tentem demonstrar aos gestores o descalabro pedagógico destas medidas. A junção de turmas ou a sua simples extinção em boa parte dos casos contraria os Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma exigência

acadêmica para a avaliação da universidade dada pela própria política educacional do MEC.

Essas medidas, somadas aos cortes recentes de horas administrativas, demonstram o novo modelo de universidade, onde os cursos de menor procura seriam excluídos, restando somente aqueles que realmente se paguem e sejam lucrativos. A situação mais absurda está no fechamento praticamente completo dos cursos de licenciatura.

Em um país pobre como o Brasil onde a formação de professores deve ser parte principal das políticas públicas, não se pode conceber uma universidade que se queira de qualidade sem os cursos de formação de professores. Esse projeto é facilmente identificável quando se percebe que turmas com um ou dois alunos a menos que o patamar utilizado são inviabilizadas. Torna-se evidente mais uma vez o caráter mercantilista que a PUC-SP vem adotando, no qual somente os cursos rentáveis têm vez, o que

descharacteriza o caráter de universidade da instituição.

PACOTE DE MEDIDAS

O início do ano esteve também movimentado por conta de notícias de demissões em massa que circulavam pelo campus. Embora a Fundação São Paulo tenha negado em dezembro a possibilidade destas demissões, o **PUCviva** apurou que existia, sim, uma lista de 140 nomes de professores titulares e associados para serem demitidos. A intenção dos gestores era adequar a folha de pagamento aos patamares que um novo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), do Ministério Público, irá propor. Conforme foi informado no último Consun do ano a PUC-SP utiliza hoje 75% de sua receita com folha de pagamento, enquanto a nova medida pretende chegar a apenas 68%.

A reitoria nomeada para lidar com esta situação elaborou um pacote de medidas que visa diminuir o valor da folha. Esse pacote

não estaria em discussão com a comunidade, colocado de cima para baixo devendo ser aplicado neste início de ano.

Essas medidas vêm se somar ao quadro de superexploração a que estão hoje submetidos professores e funcionários na universidade. Os docentes têm seus contratos arrojados a parâmetros nunca atingidos na universidade, em muitos casos os docentes têm o tempo de seus contratos em horas aula superior ao estipulado para atividades que fundamentam a prática do ensino. A recomendação do MEC para a avaliação das universidades é que a dedicação em sala de aula alcance no máximo 50% do tempo gasto pelo docente para as outras atividades.

Já para os funcionários continuam sobrando as chamadas demissões pontuais: neste início de ano já foram demitidos dois trabalhadores da PUC-SP.

Por tudo isto é que o início do semestre letivo deverá ser mais uma vez conturbado.

"Calouradas" agitam a volta às aulas

Com o início de mais um ano letivo, a tradição se repete: os estudantes mais velhos se preparam para receber aqueles que acabam de chegar à universidade. Os chamados "calouros", como se diz nos corredores.

Assim, na primeira semana de aula diversos centros acadêmicos e atléticas universitárias se organizam para receber os mais novos alunos da PUC-SP na conhecida semana da "calourada".

É o caso do Centro Acadêmico de Direito (22 de Agosto), de Psicologia (CAPsico), de Serviço Social (CASS), de Letras (Clarice Lispector), e demais cursos, como o de Jornalismo, cuja eleição para o centro acadêmico acontece logo no início do semestre.

As atléticas de Comunicação, Direito e FEA também se preparam para receber os "calouros".

Além da recepção de cada curso também é esperada para semana que vem

uma "calourada" unificada dos diversos setores da PUC-SP, para discutir te-

mas como educação, opressões, movimento estudantil e democracia universitária.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Reitora nomeada pune professora Bia Abramides, diretora da APROPUC

Finalmente, no dia 27/1/2014, a reitora nomeada Anna Maria Marques Cintra expediu seu veredito sobre o processo instaurado contra a professora Bia Abramides. Para a professora Anna Cintra, levando em consideração o relato da subcomissão processante, a professora Bia Abramides cometeu falta disciplinar grave que poderia acarretado inclusive em suspensão da docente. Assim a reitora nomeada optou por uma advertência formal a ser incluída em seu prontuário (leia a íntegra da sentença nesta página).

A decisão vem fechar com chave de ouro um processo político contra a professora Bia Abramides e à própria entidade por ela representada, demonstrando que hoje, longe de se constituir em paradigma da democracia como era considerada anteriormente, a universidade se presta ao triste papel de punir aqueles que discordam das posições de seus dirigentes.

O processo foi interposto a partir da ida da professora Bia Abramides ao Conselho Universitário de 27/2/2013. Naquele instante o entendimento dos estudantes era de que o Consun não deveria acontecer, uma vez que a eleição da reitora nomeada era questionada legalmente.

DECISÃO DE ASSEMBLEIA

A assembleia de profes-

sores realizada dias antes apoiou a posição dos estudantes e solicitou que a entidade fosse representada no ato. Os estudantes ocuparam a sala 119-A do Prédio Novo realizando um ato contra a posse da reitora. Já no dia 11/3/2013 a reitora instaurou um processo administrativo para apurar a "suposta prática de irregularidades administrativas por parte da professora Bia Abramides". Essa comissão era composta pelos professores Antonio Marcio da Cunha Guimarães, seu presidente, Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho e Sandra Mara Murad.

No dia 27/5, após desgastantes oitavas, o relatório da subcomissão foi concluído. Nele os professores apresentam uma visão extremamente parcial, partindo do pressuposto de que a reitoria representava o poder legítimo àquele momento. Assim eles concluem que a diretora da APROPUC obstaculizou a realização do Consun.

O voto em separado do professor Carlos Eduardo vai mais além e afirma que a atitude da professora configurara um constrangimento físico aos conselheiros e que deveria ser adotada uma pena de suspensão. Por outro lado, o professor procura qualificar individualmente a atitude da professora Bia, fato que pode ser comprovado pelas atas de assembleia da APROPUC nas quais era solicitada a representação da

entidade no ato.

A leitura da peça apresentada pela subcomissão processante, apesar de reivindicar em vários momentos a imparcialidade dos docentes, mostra os limites da atual democracia puquiana: a isenção dos professores foi substituída por uma opção pelo poder da reitora que era naquele momento questionado.

SOLIDARIEDADE

Durante os meses transcorridos entre a instauração do processo e a sua

conclusão a APROPUC e a professora Bia Abramides receberam mais de duas mil manifestações de pessoas que se solidarizavam à professora e repudiavam o encaminhamento do processo. Mais de 50 entidades de todo o Brasil, da América Latina e da Europa também manifestaram sua solidariedade. O jornal *PUCviva* publicou, ao longo destes meses uma pequena amostra destas manifestações que deverão continuar a chegar nos próximos dias, tendo em vista caráter repressor e antidemocrático da sentença.

A decisão da reitora nomeada Anna Maria Cintra

Abaixo transcrevemos o veredito da professora Anna Cintra sobre o processo envolvendo a diretora da APROPUC Maria Beatriz Costa Abramides

Diante do exposto no relatório final da subcomissão (fls 83/92) e no despacho do presidente da Comissão Sindicante Processante Permanente (fls. 93/94) decido:

Considerando tratar-se de falta disciplinar grave sujeita à aplicação de quaisquer das sanções administrativas, inclusive pena de suspensão

sem remuneração - Art. 325, parágrafos 2º e 3º do Regimento Geral da universidade (fls. 94) - determino a aplicação de advertência formal à professora Maria Beatriz Costa Abramides, de forma a ficar consignada em seu prontuário a falta disciplinar cometida.

Aproveito o ensejo para agradecer o exaustivo e minucioso trabalho da subcomissão, parabenizando-a.

Cordialmente

*Anna Maria Marques Cintra
Reitora da PUC-SP*

GAUCHE NA VIDA

Não é só pelos bailes funks

Samantha Maia

Em vez de manifestação, é encontro. No lugar da passeata, tem "rolezinho". A mobilização de jovens da periferia de São Paulo em shoppings foi uma forma encontrada para chamar a atenção sobre a sua realidade. Faltava apenas a sanção do prefeito paulistano Fernando Haddad (PT) para que a proibição a bailes funks em logradouros públicos, independentemente do horário, entrasse em vigor na capital. O projeto - o primeiro de autoria do vereador Conte Lopes (PTB), ex-comandante da Rota - passou pela aprovação da Câmara sem grandes dificuldades em 2013. Parecia não existir oposição.

Eis que no dia 7/12 daquele ano, o shopping Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, foi surpreendido pela presença de cerca de 6 mil garotos e garotas do funk. Na página da organização do evento no Facebook, adolescentes na faixa dos 15 a 20 anos comentavam que era para "tirar umas fotos", "dar uns beijos", "rever os amigos". Não se sabe exatamente se a proibição aos bailes foi o verdadeiro estopim do movimento. O principal objetivo manifestado pelos milhares de jovens era se divertir.

O número elevado de pessoas causou tumulto. A presença massiva de garotos da periferia, em sua maioria negros, causou mal estar no centro comercial. Houve medo dos frequentadores diante de um grupo antes escondido nos rincões com suas músicas proi-

bidadas. A primeira notícia divulgada, a partir de fontes oficiais - leia-se, a polícia -, era de que se tratava de um arrastão. Na tevê, as cenas eram de correria. No pé das reportagens, a observação da administração do shopping passava batido: não houve arrastão e os furtos eram casos isolados.

A repercussão negativa levou os participantes do "rolezinho" a uma discussão para além do que o encontro pretendia. Dentre os questionamentos levantados pelos funkeiros nas redes sociais estavam o porquê de não serem bem-vindos ao shopping. Por que a polícia agia de forma hostil sem que eles fizessem algo errado? Mais: como eles poderiam mostrar que tinham o direito de entrar no shopping?

Além de atentar para o problema mais premente, o da proibição do baile funk, a galera dos "rolezinhos" jogou luz sobre o preconceito de classe e o racismo na cidade de São Paulo.

A invasão do templo do consumo por habitantes de guetos é uma subversão da ordem higienista. Ao ocupar aquele espaço, ultrapassaram uma das barreiras mais sérias da estrutura social urbana nas grandes cidades brasileiras: a da segurança e da exclusividade de ser um consumidor em um shopping center.

Não faltaram xingamentos aos "rolezeiros": bandidinhos, maloqueiros, vagabundos, gente que não tem mais o que fazer. Deveriam, segundo indignados frequentadores de shoppings, trabalhar e aprender a falar igual gente, dentre outras

sugestões nada amigáveis. Muitos jovens já estão, no entanto, no mercado de trabalho, a desempenhar funções mal remuneradas, na base da pirâmide social.

Ao se verem discriminados, os meninos e meninas cheios de gírias e com sonhos moldados pela ostentação do consumo envolveram-se em um debate valioso sobre cidadania, seus direitos e seu papel na sociedade. Mesmo que sem perceber, faziam política. Como um dos inimigos apontados, surge a mídia, taxada pelos "rolezeiros" de "mentirosa" - que, segundo comentários de participantes nas redes sociais, estaria em busca da audiência a qualquer custo ao retratar os eventos de maneira pejorativa.

O tom dos encontros seguintes foi o de provar que não eram o que haviam pintado sobre eles. Um dos organizadores do segundo "rolezinho", no shopping Internacional de Guarulhos, alertava para a situação desfavorável em seu perfil no Facebook: "Temos que manter a disciplina sem baderna, sem drogas, sem bebidas alcoólicas. Nós vamos pra curtir. Se quiser fazer essas coisas, não estará participando do encontro. Faça fora do shopping porque estão todos voltados a nós: a tevê e os jornais estão olhando pra nós. Se nós fizermos baderna não vamos ter moral para pedir nossos direitos e vamos ser passados como marginais". No "rolezinho" realizado no dia 14 de dezembro houve novamente confusão e 23 pessoas foram levadas até a delegacia sem justificativa.

Outros eventos semelhantes ocorreram sob a repressão policial e críticas da sociedade que não diferem das apontadas a outras manifestações. "A gente não tem mais sossego nem no shopping", disse uma dona de casa entrevistada.

A lógica é clara. Que as pessoas tenham problemas para resolver, finge-se entender, desde que não atrapalhem o trânsito ou o passeio no shopping.

No dia 8 de janeiro, o prefeito Haddad vetou na íntegra o projeto de lei que proíbe a utilização de vias públicas para realização de bailes funk. A decisão não apaziguou, porém, os ânimos e outros "rolezinhos" continuam em alta. Agora os jovens funkeiros querem mais espaços de lazer e respeito do seu direito de ir e vir. Como uma paródia dos 20 centavos da tarifa de ônibus, estopim das manifestações de junho, pode-se dizer hoje que "não é só pelos bailes funks". O debate levantado pelos "rolezinhos" diz respeito a toda a sociedade

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Após repressão, novo ato contra Copa é convocado em São Paulo

O próximo ato em São Paulo em protesto contra a Copa do Mundo já foi convocado: acontecerá no dia 22/2, sábado, na Praça da República. Antes disso, nessa quarta-feira, 5/2, haverá uma reunião de organização do ato.

A Copa do Mundo se transformou em grande alvo de protestos desde junho do ano passado, quando manifestantes foram às ruas do país lutar contra o aumento nas tarifas do transporte coletivo e, paralelamente, levantaram a palavra de ordem #nãoovaitercopa, exigindo hospitais, escolas, transporte, segurança e outros serviços "padrão Fifa".

Já no sábado, 25/1, no dia do aniversário de 460

anos de São Paulo, mais uma onda de protestos contrários ao Mundial tomou conta das ruas da cidade. Novamente, houve repetição das cenas de truculência da PM, o que gerou ainda mais revolta.

Ao todo 146 pessoas foram detidas após um cerco policial que encurralou manifestantes na rua Augusta. Os detidos tiveram que prestar depoimento à Polícia, mas foram logo liberados. O caso que causou maior comoção, porém, foi o de Fabrício Mendonça, de 22 anos, baleado próximo ao final do ato com três tiros na área genital e do tórax por policiais na Rua Sabará, região central da capital. Após passar por duas cirurgias, o

jovem deixou a UTI no final da semana passada.

A PM se defendeu afirmando que o jovem baleado portava um coquetel "molotov" e tentou atingir um policial com uma arma branca, versão contestada por testemunhas que presenciaram a cena. Diante da polêmica, a corregedoria da corporação anunciou que investigará o caso.

Durante o ato um carro da GCM foi destruído e agências bancárias deprecadas. Além de São Paulo, houve manifestações contrárias à Copa do Mundo em ao menos 10 capitais, como Manaus, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba.

APROPUC denuncia condições da educação em SP

A APROPUC divulgou nota pública na semana passada na qual denuncia as condições de trabalho do professor em São Paulo. No documento, a associação se coloca "contra a gravidade da situação na educação no Estado de São Paulo imposta no Governo Alckmin que desemprega professores, estabelece contratos temporários, sem estabilidade, com precarização das condições de trabalho e de salários, maximização de trabalho com jornada estafante ocasionando doenças no trabalho com maior intensidade". Ao final da nota, a APROPUC exige ainda que sejam efetivados os professores temporários e que se aplique o piso salarial calculado pelo Dieese.

Depois de protesto, MTST se reúne com Geraldo Alckmin

Depois do grande ato que paralisou parte da zona sul de São Paulo na manhã de quarta-feira, 22/1, uma comissão de dez integrantes de diferentes ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) se reuniu com o governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Segundo Natália Szermeta, porta-voz do movimento, todas as pautas colocadas pelo MTST foram discutidas. "A gente exigiu um aumento no aporte estadual para projetos financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida, a desapropriação de novos

terrenos para habitação na região metropolitana de São Paulo e um suporte técnico do Governo do Estado para as ocupações do movimento. Além do metrô Jardim Ângela", afirmou.

Ainda conforme Natália, nem todas as pautas foram atendidas de imediato.

Mas houve avanços e garantias importantes no encontro, além de uma prova da força política do movimento. "Conseguimos a reivindicação de um terreno ocupado no Embu das Artes, que é uma área de proteção ambiental e de posse do Go-

verno. A gente quer ocupar de vez o terreno, mas preservando o meio ambiente, então vamos precisar de ajuda técnica", disse.

Na semana passada, o MTST voltou às ruas com três atos nos dois últimos dias da semana, quinta e sexta-feira, respectivamente.

Dessa vez os alvos das manifestações foram a violência da PM, como no caso do jovem Fabrício Mendonça, os despejos violentos, recorrentes nas reintegrações de posse, e a falta de abastecimento de água em algumas ocupações.

Debate bola discute Copa do Mundo

O Comitê Popular da Copa de São Paulo e o movimento Luta Popular organizaram no sábado, 1/2, às 16h, um bate-papo sobre os impactos da Copa do Mundo Fifa no Brasil com relação à moradia.

O evento aconteceu na Ocupação Esperança, em Osasco, que desde meados do ano passado aglutina pessoas da região para a luta pela casa própria.

Antes do debate, porém, no campinho de várzea no fundo do terreno ocupado, aconteceu uma "pelada" com os convidados para descontrair a atividade.

ROLA NA RAMPA

Durante as férias PUC-SP perde professoras

A universidade perdeu duas de suas professoras durante as férias. A professora Célia Mello, que compunha o de-

partamento de Jornalismo da universidade e ministrava aulas de Fotografia, faleceu no dia 25/12, e a professora da pós-

-graduação em Educação: Currículo, Isabel Franchi Cappeletti, nos deixou no dia 9/1.



À esquerda, a professora Celia Mello, à direita a professora Isabel Franchi Cappeletti

Museu da Cultura abre vaga para estágio

O Museu da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais abriu uma vaga de estágio para alunos matriculados nos cursos de História, Geografia, Turismo e Ciências Sociais da PUC-SP. Os interessados poderão se inscrever até o dia 10/2. O estagiário será selecionado após análise do currículo e entrevista. O edital completo e mais informações podem ser conferidos no site www.pucsp.br/estagios.

Espectáculo "Tribos" continua em cartaz no TUCA

A obra "Tribos", de Nina Raine, aborda diversos tipos de limitações do ser humano utilizando a figura de um deficiente auditivo, e de maneira politicamente incorreta revive as típicas questões familiares e reforça as dificuldades de convivência - como em toda tribo. O espetáculo aborda a surdez universal e divide em dois grupos: os que não conseguem se calar para conhecer uma realidade diferente e os surdos que não são capazes de receber estímulos sonoros. A obra é encenada por Antonio e Bruno Fagundes, além de Arieta Correia, Eliete Cigaarini, Guilherme Magon e Maíra Dvorenk. Estudantes, professores e funcionários da PUC-SP pagam apenas R\$10 para assistir à produção, em cartaz até o dia 27/4/2014. Para mais informações, acesse o site <http://www.teatrotuca.com.br/espectaculos/tribos.html>.

SINPRO-SP constrói campanha salarial

O Sindicato dos Professores de São Paulo está construindo a campanha 2014 com reivindicações salariais para a categoria. Para determinar as principais pautas da campanha, o sindicato decidiu fazer uma pesquisa online, onde os professores de

todo o estado poderão fazer sugestões, que serão discutidas na assembleia marcada para o dia 8/2, às 10h, na sede do SINPRO-SP. Para participar do questionário, acesse o site da pesquisa em <http://www.campanhasalarialfesp.com.br>.

ENESSO parabeniza APROPUC

A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) enviou nota de agradecimento à APROPUC pelo intenso apoio ao longo do ano de 2013. A nota também pontua o importante papel da APROPUC no ano passado na luta pela autonomia e democracia universitária, quando

a entidade permaneceu firme em seu posicionamento contra a atual reitoria e ao defender a professora Bia Abramides do processo administrativo aberto pela universidade. "A ENESSO espera que no ano que se inicia possamos estar juntas nas lutas travadas pela classe trabalhadora", finalizou a nota.

Elevadores continuam apresentando problemas

No final de 2013 o **PUCviva** publicou artigo de um professor que relatava, indignado, os percalços pelos quais passou quando ficou preso no elevador do Prédio Novo do campus Monte Alegre. Nestas férias o problema voltou a acontecer e, como circulavam poucas pessoas pelo campus, o funcionário preso teve que ficar durante um bom tempo gritando para que alguém o socorresse. O problema com a manutenção dos elevadores é antigo e parece não haver perspectivas imediatas para solucioná-lo.